



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 62895 - RJ (2020/0031607-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : C R D A
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTONIO (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - SP146360
WELTON LUIZ VELLOSO CALLEFFO - SP157772
GABRIELA ESPOSITO DA SILVA RIBEIRO - SP394840
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por C. R. D. A. contra acórdão do TRF da 2ª Região que denegou a segurança por ele pleiteada e por meio da qual pretendia fosse cassada a decisão da Juíza Federal da 3ª Vara criminal do Rio de Janeiro – SJ/RJ, na ação penal n. 0811386-73.2010.4.02.5101, que lhe impôs multa de 10 (dez) salários mínimos, por suposta prática de prejuízo ao processo e ofensa aos princípios da celeridade e da economia processual tendo em vista que não compareceu em audiência para oitiva de testemunha que não era de seu cliente e ainda determinou expedição de ofício à OAB -SP.

Seu cliente, EDSON FRANCISCO FERREIRA RAMOS BARTELLEGA, responde, juntamente com outros quatro réus, a processo criminal por suposto crime de lavagem de dinheiro contra o sistema financeiro nacional.

O acórdão recorrido recebeu a seguinte ementa:

PROCESSUAL PENAL. MANDADO DE SEGURANÇA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 265 DO CPP. ABANDONO DO PROCESSO CONFIGURADO. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À OAB. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

I – O impetrante, advogado regularmente intimado no curso de processo penal, não compareceu à audiência de instrução e julgamento, tampouco comunicou ao Juízo qualquer impossibilidade de comparecer, tendo justificado sua ausência, em resumo, no fato de que as testemunhas a serem ouvidas não diziam respeito a seu cliente e sim a corréu.

II – A defesa técnica não deve selecionar em quais atos, para os quais foi intimada, irá comparecer, sendo esta uma postura, a priori, desidiosa, pois não só deixará seu representado - com quem se presume ter uma relação de confiança – ser defendido por defensores dativos, como causará prejuízo ao atuar jurisdicional.

III – A ação penal conta com uma pluralidade de réus, que são representados por múltiplos advogados e arrolaram diversas testemunhas, o que reforça a possibilidade de que venha a existir verdadeiro tumulto processual, caso as defesas deixem de comparecer a atos que prejudquem desnecessários ao exercício de defesa de seus patrocinados, mesmo que concretamente seja impossível e, por isso temerário, antever essa apontada “inutilidade”.

IV – Abandono de causa verificado. Ausência de ilegalidade na expedição de ofício à OAB para que tome ciência da conduta do causídico e na aplicação da multa prevista no art. 265 do Código de Processo Penal. Precedentes.

V – Segurança denegada.

(MS n. 0007821-33.2018.4.02.0000, Rel. Desembargador Federal ABEL GOMES, Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, unânime, julgado em 4/12/2019, DJe de 11/12/2019)

Repisando os argumentos postos na inicial do mandado de segurança, o recorrente insiste em que não houve abandono da causa e em que sua ausência na audiência em questão não teria causado prejuízo a seu cliente, já que nela somente seriam ouvidas testemunhas da defesa de outro corréu que não interessavam ao caso de seu cliente. Ressalta que no processo existem vários réus e que o número de testemunhas ultrapassa uma dezena.

Argumenta que a presença do réu só é obrigatória, no processo, “quando o dever de comparecimento for determinado na concessão da liberdade provisória, após a prisão em flagrante, nos termos do artigo 310, parágrafo único do Código de Processo Penal. Outra hipótese de obrigação de comparecimento pode decorrer da incidência das medidas cautelares diversas, do artigo 319, I ou VIII ou da fiança do artigo 350 do CPP. Enfim, são todas situações em que o acusado foi preso em flagrante ou preventivamente e a liberdade é concedida mediante o dever de comparecer aos atos do processo” (e-STJ fls. 229/230). Assim sendo, no seu entender, “o simples não comparecimento do acusado na audiência não pode acarretar qualquer consequência negativa, por absoluta inexistência de um dever de comparecimento” (e-STJ fl. 230).

Aduz que “o acusado comparecer ou não na audiência é uma faculdade e estratégia da defesa, sem que se possa fazer qualquer juízo negativo de valor pelo legítimo exercício direito de defesa pessoal, positiva ou negativa” (e-STJ fl. 232).

Alega, por fim, que, na eventual ausência do patrono do réu, basta a nomeação de um advogado *ad hoc*, não havendo que se falar em ato ofensivo aos princípios da celeridade e economia processual.

Pede, assim, a concessão de liminar, suspendendo a eficácia da multa e do ofício dirigido à OAB/SP e, ao final, seja concedida a segurança, para cassar a decisão

que lhe impôs a multa.

É o relatório. Passo a decidir.

O recurso é tempestivo.

Entretanto, em juízo preliminar sobre a controvérsia, não vislumbro o *fumus boni iuris* autorizador da concessão de liminar.

Isso porque, da leitura do voto-condutor do acórdão recorrido, depreende-se que, diferentemente do que alega o impetrante, sua ausência à audiência em questão poderia, sim, causar prejuízo a seu cliente, pois nela seriam ouvidas também testemunhas da acusação que poderiam confirmar fatos e alegações postas na denúncia em relação a qualquer um dos réus.

Confira-se o trecho em questão:

Verifico que o impetrante, advogado regularmente intimado no curso de processo penal, não compareceu à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 24 de abril de 2018, tampouco comunicou ao Juízo qualquer impossibilidade de comparecer, tendo justificado sua ausência, em resumo, no fato de que as testemunhas a serem ouvidas não diziam respeito a seu cliente e sim a corréu.

Foram arroladas na dita audiência não só testemunhas de defesa como também de acusação, as quais poderiam, eventualmente, confirmar ou afastar tese acusatória em face de quaisquer dos réus, fato que, por certo, deveria ter sido considerado pelo impetrante ao exercer o múnus que lhe foi confiado.

Não cabe à defesa técnica selecionar em quais atos, para os quais foi intimada, irá comparecer, sendo esta uma postura, a priori, desidiosa, pois não só deixará seu representado – com quem se presume ter uma relação de confiança – ser defendido por defensores dativos, como causará prejuízo ao atuar jurisdicional [1] .

Note-se que na referida audiência estavam apazadas videoconferências com três Subseções Judiciárias distintas, sendo inegável que seu adiamento causaria prejuízo ao andamento do processo.

*Saliento, ainda, que assiste tanto a parte autora quanto à ré o direito constitucional de duração razoável do processo, não devendo ser admitido que diante de condutas inadequadas de causídicos o feito seja indevidamente retardado. **O compromisso do advogado não é apenas com seu cliente, mas com o processo e com todas as partes que nele atuam.***

Como o próprio impetrante ressaltou, a ação penal conta com uma pluralidade de réus, que são representados por múltiplos advogados e arrolaram diversas testemunhas, o que reforça a possibilidade de que venha existir verdadeiro tumulto processual, caso as defesas deixem de comparecer a atos que prejudquem desnecessários ao exercício de defesa de seus patrocinados, mesmo que concretamente seja impossível e, por isso temerário, antever essa apontada “inutilidade”.

Ademais, se o MM. Juízo a quo não tivesse nomeado ad hoc a douta

Defensoria Pública para assistir ao acusado, então representado pelo impetrante, e ele viesse a ser condenado com base nos depoimentos prestados na referida oitiva (à qual não compareceu sem declinar motivo imperioso), poderia ser arguida nulidade da decisão condenatória por cerceamento de defesa, que teria sido causado por quem deveria exercê-la e não pelo Poder Judiciário.

(e-STJ fls. 207/208 - negritei)

Com efeito, a decisão vista às e-STJ fls. 130/132 indica que o impetrante deixou de comparecer à audiência realizada em 24/4/2018 e a decisão de fls. 156/158 afirma:

*Percebo que há extenso rol de testemunhas a serem ouvidas, o que implica na virtual impossibilidade de que todas sejam ouvidas em uma única assentada da audiência de instrução e julgamento (art. 400 do Código de Processo Penal). Ademais, as testemunhas arroladas pelas partes residem em municípios localizados fora dos limites territoriais desta Seção Judiciária, o que demanda a oitiva por meio de videoconferência com múltiplos Juízos deprecados. Assim sendo, retifico em parte a decisão de fl. 1211/1225 e determino que as oitivas se processem em mais de uma assentada. Inicialmente, **no dia 24 de abril de 2018, a partir das 14h00, serão ouvidas as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa do acusado Waldemar Campos**; depreco as oitivas para as Subseções Judiciárias de São Pedro da Aldeia/RJ, Belo Horizonte/MG e Brasília/DF, a serem realizadas por meio de videoconferência na data acima indicada, respectivamente às 14h00 (testemunha José Carlos Srouf de Melo), às 15h30 (testemunha Elizângela Rodrigues Ferreira) e às 16h00 (testemunha Marcos Antônio Vasconcelos Azevedo).*

Ademais, como bem pontuou o julgado recorrido, o compromisso de boa-fé e lealdade processo do advogado não é apenas para com seu cliente, mas também para com as demais partes que nele atuam. E, no caso concreto, diante da quantidade de réus envolvidos na demanda, de testemunhas arroladas e da dificuldade de agendar e operacionalizar videoconferências com três Seções Judiciárias distintas, a ausência não justificada e não comunicada previamente de advogados representantes da defesa tem grande potencial de causar tumulto no processo.

O impetrante admite não ter comunicado previamente o Juízo de sua ausência, mesmo tendo sido devidamente intimado para a audiência e sua justificativa posterior não foi considerada razoável.

Vê-se, assim, que a interpretação dada ao art. 265 do CPP pela autoridade coatora está em perfeita consonância com a jurisprudência desta Corte segundo a qual “o não comparecimento de advogado a audiência sem apresentar prévia ou posterior justificativa plausível para sua ausência, pode ser qualificado como abandono de causa que autoriza a imposição da multa prevista no art. 265 do CPP” (AgRg no RMS

Nesse sentido, entre outros, os seguintes precedentes:

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. NULIDADE DO ACÓRDÃO POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DEFESA PARA SUSTENTAÇÃO ORAL. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE. **MULTA DO ART. 265 DO CPP. ADVOGADO QUE DEIXA DE APRESENTAR CONTRARRAZÕES. AFRONTA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E À AMPLA DEFESA. PARALISAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DO FEITO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.***

1. Nos termos da orientação pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, somente há nulidade no julgamento do feito em mesa se for constatado pedido anterior e expresso de sustentação oral, o que não foi feito no caso em exame.

2. Concernente à aplicação da multa por abandono de causa, esta Corte Superior firmou entendimento pela constitucionalidade do art. 265 do CPP, cuja aplicação não acarreta ofensa ao contraditório e à ampla defesa, mas representa, isto sim, estrita observância do regramento legal.

3. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o não comparecimento de advogado a audiência sem apresentar prévia ou posterior justificativa plausível para sua ausência, pode ser qualificado como abandono de causa que autoriza a imposição da multa prevista no art. 265 do CPP.

4. No caso em exame, apesar de o advogado constituído ter sido intimado para oferecer as contrarrazões de apelação, em 19/10/2016, deixou transcorrer o prazo recursal, findo em 22/11/2016, sem, contudo, apresentar nenhuma justificativa. Somente após decisão do Juízo de origem aplicando a referida multa, em 9/12/2016, o patrono apresentou a peça, em 25/1/2017.

5. A postura do defensor em deixar de cumprir atos indispensáveis ao regular desenvolvimento do processo constitui verdadeira afronta ao devido processo legal e à ampla defesa, paralisando a tramitação processual do feito, além de causar prejuízo ao réu, em razão da demora na remessa dos autos ao Tribunal, o que permite a aplicação da multa do art. 265 do CPP.

6. Agravo regimental improvido.

(AgRg no RMS 55.414/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019) – negritei.

*PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. 1. NULIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO. OFENSA AO ART. 489, § 1º, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. 2. **INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 265 DO CPP. NÃO VERIFICAÇÃO.** PRECEDENTES DESTA CORTE. 3. ABANDONO DO PLENÁRIO DO JÚRI. SITUAÇÃO QUE CONFIGURA ABANDONO DA CAUSA. PRECEDENTES. 4. EXISTÊNCIA DE SANÇÃO DISCIPLINAR. IRRELEVÂNCIA. CARÁTER ADMINISTRATIVO. MULTA DO ART. 265 DO CPP. CARÁTER PROCESSUAL. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS. 5. ALEGADO MOTIVO IMPERIOSO. NÃO CONFIGURAÇÃO. TESTEMUNHA FALTANTE. AUSÊNCIA DE CLÁUSULA DE IMPRESCINDIBILIDADE. ART.*

461 DO CPP. INDEFERIMENTO DE OITIVA DE TESTEMUNHA REFERIDA. ART. 400, § 1º, DO CPP. 6. MULTA APLICADA AO DEFENSOR PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. ATUAÇÃO EM NOME DA DEFENSORIA PÚBLICA. PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE. MULTA QUE DEVE SER SUPOSTADA PELA INSTITUIÇÃO. POSSIBILIDADE DE AÇÃO REGRESSIVA. 7. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA PROVIDO EM PARTE, PARA QUE A MULTA SEJA APLICADA À DEFENSORIA PÚBLICA.

(...)

2. O "Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento pela constitucionalidade do art. 265 do CPP, cuja aplicação não acarreta ofensa ao contraditório e à ampla defesa, mas representa, isto sim, estrita observância do regramento legal". (AgInt no RMS 58.366/SP, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 19/03/2019, DJe 25/03/2019).

3. A Quinta Turma tem rechaçado a postura de abandonar o plenário do Júri como tática da defesa, considerando se tratar de conduta que configura sim abandono processual, apto, portanto, a atrair a aplicação da multa do art. 265 do Código de Processo Penal. Precedentes.

4. A punição do advogado, nos termos do art. 265 do Código de Processo Penal, não entra em conflito com sanções aplicáveis pelos órgãos a que estão vinculados os causídicos, uma vez que estas têm caráter administrativo, e a multa do Código de Processo Penal tem caráter processual. Ademais, o próprio texto da norma ressalva a possibilidade de aplicação de outras sanções. Recorde-se que o reconhecimento de que os advogados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública exercem funções essenciais à Justiça não lhes outorga imunidade absoluta. As instâncias judicial-penal e administrativa são independentes.

(...)

7. Recurso em mandado de segurança a que se dá parcial provimento, para que a multa seja aplicada à Defensoria Pública, e não ao Defensor Público.

(RMS 54.183/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 02/09/2019) – negritei.

PROCESSO CIVIL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADVENTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI 13.105/2015). PRAZOS PENAIIS INALTERADOS. CONTAGEM DE FORMA CONTÍNUA. INTELIGÊNCIA DO ART. 798 DO CPP. MARCO INICIAL DA CONTAGEM DO PRAZO RECURSAL. IRRELEVÂNCIA DA DATA DA DISPONIBILIZAÇÃO DA CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL, SE O INTEIRO TEOR DA DECISÃO FORA PUBLICADO DIAS ANTES NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO. MULTA POR ABANDONO INDIRETO DA CAUSA (ART. 265 DO CPP). LEGALIDADE DA IMPOSIÇÃO NO CASO CONCRETO.

(...)

4. Ainda que assim não fosse, melhor sorte não teria o recorrente no mérito, visto que esta Corte, em situações em tudo semelhantes à examinada nestes autos, tem entendido que o não comparecimento de advogado a audiência, mesmo devidamente cientificado para tanto, sem apresentar prévia ou posterior justificativa plausível para sua ausência, pode ser qualificado

como abandono de causa que autoriza a imposição da multa prevista no art. 265 do CPP. Precedentes.

5. A postura do defensor ao não comparecer à audiência redesignada a seu pedido, sem qualquer comunicação prévia ao réu ou ao Juízo, porque deixou de receber parcela de valores previamente contratados com seu cliente, consiste em verdadeira afronta ao devido processo legal e à ampla defesa, paralisando a tramitação processual do feito, além de causar prejuízo ao erário, na medida em que foram efetuadas despesas para se transportar e escoltar o réu do núcleo de custódia em que se encontra recolhido, na cidade de Franca/SP, até a cidade de Ipuã/SP, para a audiência.

6. Por óbvio, toda profissão legalmente exercida deve ser remunerada e não se olvida que o profissional liberal depende de seus honorários para sobreviver. No entanto, existe um procedimento correto e amparado na boa-fé objetiva para o recebimento de pagamento por serviços prestados e ele não se coaduna com a inércia em relação ao cumprimento de deveres profissionais, sem prévia comunicação a quem de direito, assumindo o risco de causar graves prejuízos ao contratante, ainda que esteja ele eventualmente inadimplente.

7. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg nos EDcl no RMS 54.291/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 20/09/2017) – negritei.

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA POR ABANDONO PROCESSUAL. ART. 265, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ILEGALIDADE. INOCORRÊNCIA. ADVOGADO DEVIDAMENTE INTIMADO PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO PROCESSUAL. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - A teor do disposto no art. 265 do CPP, "O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis".

II - Na hipótese, o recorrente, mesmo intimado para justificar o seu não comparecimento à audiência de instrução - a qual fora previamente intimado via publicação no Diário da Justiça - quedou-se inerte, somente se manifestando após a imposição da multa (art. 265 do CPP) e de ter sido determinado pelo d. magistrado a comunicação do fato à seccional da OAB.

III - O não comparecimento do advogado àquele ato processual ensejou prejuízo ao acusado, diante do reconhecimento de revelia, pois este, embora intimado, também não compareceu à audiência. Por outro lado, segundo o d. magistrado, "em outras oportunidades o mesmo patrono já foi intimado a justificar a desídia na defesa de seus clientes, como no caso dos autos n. 2006.43.00.000201-6, o que denota não ser um fato isolado em sua conduta". Nesse sentido, se impõe a aplicação da multa prevista no art. 265, do Código de Processo Penal (precedentes).

Recurso ordinário desprovido.

(RMS 51.802/TO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 31/05/2017) – negritei.

Ante o exposto, **indeferio** a liminar.

Ouçá-se o Ministério Público, nos termos do art. 248, caput, do Regimento Interno do STJ.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator